



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

SIMONE BARBOSA DOS SANTOS

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EVASÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso

**Tucuruí-PA
2022**



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

SIMONE BARBOSA DOS SANTOS

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EVASÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel-Fatefig, como requisito parcial para a obtenção do diploma de graduado em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador, Professor Mestre Mílvio da Silva Ribeiro

**Tucuruí-PA
2022**

SIMONE BARBOSA DOS SANTOS

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EVASÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel-Fatefig, como requisito parcial para a obtenção do diploma de graduado em Licenciatura em Pedagogia.

Professor Mestre Mílvio da Silva Ribeiro
ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor/a

Professor/a

Professor/a

**Tucuruí-PA
2022**

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EVASÃO ESCOLAR

Simone Barbosa dos Santos¹
e-mail: simone170876@gmail.com

RESUMO

Segundo Auriglietti (2014) as pessoas que por algum motivo abandonam ou evadem-se da escola, torna-se um indivíduo com baixa escolaridade, sendo acrescentado como parte de uma grande parcela de cidadãos com má formação educacional, que possuem dificuldades em assumir questões fundamentais de uma vida social e profissional ou no que se refere à cidadania e podem comprometer o discernimento de direitos e deveres, assim com dificultar a compreensão aspectos sociais. A metodologia utilizada foi uma revisão integrativa de literatura com procedimento foi bibliográfico com o método de estudo indutivo de enfoque misto, o levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SCIELO E LILACS, com resultados de 12 estudos que demonstraram aumento e agravamento da evasão escolar como resultado do impacto gerado pela pandemia de covid-19 na área educacional do Brasil.

Palavras-chave: Evasão escolar, pandemia de covid-19.

SUMMARY

According to Auriglietti (2014) how people who for some reason drop out or drop out of school become an individual with low schooling, being added as part of a large portion of citizens with poor educational background, who have difficulties in learning fundamental skills a social and professional life or does not refer to citizenship and can exercise the discernment of rights and duties, as well as difficulty in understanding.

The methodology used was an integrative literature review with bibliography procedure with the inductive study method of mixed focus, the bibliographic survey was carried out in the SCIELO AND LILACS databases, with results of 12 studies of increase and increase of school dropout as a result of the impact generated by the covid-19 pandemic in the educational area in Brazil.

Keywords: truancy, covid-19 pandemic.

INTRODUÇÃO

Segundo Auriglietti (2014) as pessoas que por algum motivo abandonam ou evadem-se da escola, torna-se um indivíduo com baixa escolaridade, sendo acrescentado como parte de uma grande parcela de cidadãos com má formação educacional, que possuem dificuldades em assumir questões fundamentais de uma vida social e profissional ou no que se refere à cidadania e podem comprometer o discernimento de direitos e deveres, assim como dificultar a compreensão dos aspectos sociais.

A evasão escolar ocorre quando estudantes deixam de frequentar as aulas e não voltam mais aos espaços escolares, diferente do abandono em que os alunos desligam-se da escola por um tempo e depois retornam aos espaços escolares, em decorrência de diversos motivos, entre os quais estão: a desigualdade social, gravidez na adolescência, necessidade de trabalhar para a subsistência imediata, dificuldade em compreender o espaço escolar como algo que efetivamente contribui com o futuro social e profissional, falta de identificação com o espaço escolar, entre outros fatores. Especificamente acerca da realidade brasileira, a evasão escolar constitui-se um grande problema social (SOUZA, et al.2015)

A falta de serviços educacionais de qualidade, assim como a ausência de visão futura acerca dos ganhos que o estudo trará para o crescimento intelectual e pessoal, pode levar ao aluno a desistir da escola e entrar para o mundo de trabalho precocemente (NERI, et al. 2009).

No que se diz respeito às leis garantem a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar o educando em sua trajetória social e educacional, tal orientação tem relação com a evasão escolar, uma vez que o aluno é devidamente acompanhado por todos a sua volta, o incentivo ao estudo é reforçado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997:2) relata que:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2018. p.10)

“Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I– igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 2018. p.10). A

Legislação Brasileira reforça a ideia de que a igualdade no ambiente escolar deve-se fazer presente para que o aluno, independentemente de sua classe social, etnia, crença e outras características tenham acesso e consigam permanecer na escola, contribuindo para o seu bom aprendizado, e com isso a motivação cresce, logo, a evasão escolar pode se fazer menos presente nas escolas brasileiras.

O Brasil, assim como os outros países, desde 2020 enfrenta uma série de situações provenientes da pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2. A realidade, desde então, tem se baseado em isolamento e distanciamento sociais, o que aumenta potencialmente a evasão dos estudantes (SENHORAS, 2020).

Frente a pandemia causada pelo novo coronavírus, foi possível notar diversas alterações em muitas áreas, como saúde, economia, a educação foi uma das que mais sofreu, desde o início desse período, com a suspensão das aulas, desse modo observou-se a necessidade de avaliar as alterações nos dados referentes a evasão escolar, realizando uma comparação dos dados com período anterior e o período pandêmico e delimitar essa variação bem como caracterizá-la.

O objetivo da presente pesquisa é realizar uma revisão bibliográfica de artigos publicados nas bases de dados LILACS, SCIELO e MEDLINE, observando o ano de 2019 anterior ao surgimento da doença, o ano de 2020 onde foi descoberto o vírus e publicado sobre o primeiro caso da doença no Brasil, e o início da pandemia até o ano de 2022 onde a pandemia continua.

No ano de 2019 a porcentagem representava 0,3% do total e já no ano de 2021, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), a evasão escolar aumentou 171,1%, o que corresponde a cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estão fora das escolas, passando para contingente de 1%, segundo maior nível de aumento observado nos últimos 6 anos.

Estudos de revisão como o aqui proposto são fundamentais ao desenvolvimento do campo científico sob investigação, pois permitem que, a partir de uma síntese sistemática das publicações sobre um tema, surja um entendimento maior sobre o tema e para o desenho de direções para futuros estudos

Diante dos fatos demonstrados em dados, houve a preocupação em avaliar quais as características que levaram a esse aumento exacerbado de aumento da taxa nacional de evasão escolar levando em consideração o cenário atual e as ações governamentais em busca de resoluções para a diminuição deste processo.

PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Busca-se observar quais os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a evasão escolar.

OBJETIVO DO ARTIGO

Geral

- Avaliar os impactos da pandemia de COVID-19 gerados sobre a evasão escolar.

Específicos:

- Descrever o aumento da evasão escolar devido a pandemia
- Identificar as formas de influência da pandemia no absentismo escolar.
- Analisar as possíveis causas de evasão escolar relacionadas a pandemia

JUSTIFICATIVA

A evasão escolar é um problema identificado há vários anos no sistema educacional brasileiro, os estudos direcionavam a diversas possibilidades de resolução, porém para a resolução da alta ocorrência desse fenômeno é necessário intervenção não somente no ambiente escolar mas também em questões socioeconômicas para que se possa direcionar esse aluno a educação regular sem que haja associação de duas jornadas sendo uma de trabalho e outra de estudos, questões ligadas a saúde pública levando em consideração a gravidez na adolescência gerando jornada dupla de maternidade e estudos, por exemplo.

Com a declaração da pandemia de covid-19, o país enfrentou diversos problemas econômicos, alta demanda a área da saúde e a educação, visto que é uma área que já vinha sofrendo com a falta de envio e administração de recursos, dessa forma, se houve um agravamento em todas as áreas, os problemas também foram intensificados, estando a evasão escolar no topo da lista dos que mais subiram nos anos pandêmicos.

Segundo SOUZA, et al.2015, a evasão escolar está diretamente ligada a falta de políticas públicas sociais, ao enfraquecimento dos sistemas educacionais brasileiros, nas três esferas de Governo bem como as características individuais, mas que são definidas também pela chegada ou não de investimento nos ambientes que são responsáveis pela garantia de educação, saúde, emprego e lazer.

METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), que consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores (USP, 2015). Mendes *et al.*, 2008 define que

“A revisão integrativa da literatura é um método de investigação que permite a procura, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre um tema investigado, em que o produto final é conhecimento do tema investigado, a implementação de intervenções efetivas na prestação de cuidados e na redução de custos, além disso, permite a identificação de fragilidades, que poderão conduzir ao desenvolvimento de futuras investigações. É um método específico, que resume os dados da literatura empírica, ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um determinado fenômeno”

Este método requer a formulação de um problema, a pesquisa de literatura, a avaliação crítica de um conjunto de dados, a análise de dados e, a apresentação dos resultados. Deste modo, permite reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema delimitado ou questão, de forma sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004).

Trata-se de um estudo com coleta de dados realizada por meio de levantamento bibliográfico, que utilizou as seguintes bases de dados para identificar as publicações científicas: LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e SCIELO - Scientific Electronic Library Online. Essas bases de dados são bibliotecas de informações, cujo objetivo é armazenar virtualmente as informações de modo a facilitar na organização, manutenção e pesquisa dos dados encontrados (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos por meio de pesquisas na base de dados LILACS ao utilizar a palavra pandemia somada a evasão escolar, houve 3.710 publicações, ao adicionar o filtro idioma português restaram 3.640 estudos, a aplicação do filtro somente artigos de revisão gerou 46 resultados, após leitura dos estudos foram excluídos 40, sendo utilizado 6 artigos. Na base de dados SCIELO, ao buscar por evasão escolar e pandemia foram encontrados 116 trabalhos, ao aplicar estudos do Brasil, restaram 80 artigos, com a adição do filtro de ano de estudo a partir de 2018 restaram 6 artigos.

Esta pesquisa tem como foco a avaliação da influência da saúde na área da educação, no contexto da pandemia de covid-19, realizada no ano de 2022, avaliando o período de 2018 a 2022, trata-se de um método indutivo, de enfoque qualitativo.

CAPÍTULO 1

1.1 EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas e não retorna mais a escola. No Brasil, a evasão escolar se manifesta de formas variadas. Dentre os principais fatores, destacam-se as condições socioeconômicas, geográficas, raciais e culturais. Além disso, é importante destacar o modo como são administrados os métodos didáticos-pedagógicos que tendem a afastar alguns estudantes, sem deixar de mencionar a falta de compromisso e responsabilidade por parte dos governantes que contribuem para a baixa qualidade de ensino nas escolas brasileiras (MONTEIRO, et al. 2017)

Embora se tenham diversas leis as quais garantam o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, pode-se ver que na prática elas não funcionam como deveria ser. Nesse sentido, entendemos que o descaso e a falta de respeito por parte dos governantes chegam a ser cruéis e passam por cima de todas as garantias de educação básica aos cidadãos brasileiros, que são direitos da população e que estão previstas em lei.

Ao analisar os fatores que provocam a evasão escolar, é possível identificar claramente que muitos deles estão relacionados à violação dos Direitos humanos e pode-se fazer uma relação direta de cada um com alguns dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019, p.12963).

Sabe-se que a Constituição Brasileira, assinada no ano de 1988 – portanto, em um período imediatamente posterior ao fim da ditadura militar do Brasil, que tinha como propósito democratizar o país – garante que estudar é direito de todos. Nesse sentido, o artigo sexto da Constituição destaca quais são os direitos sociais assegurados a todos os brasileiros: Art.6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988 – grifos nossos).

A partir dessas leis que foram citadas (DUDH, Constituição e LDB), compreendemos que a evasão escolar é um desrespeito do Estado aos direitos pertencentes à população brasileira, na proporção em que não garante premissas fundamentais para que crianças e jovens possam permanecer na escola, e assim, possam ter condições para uma vida digna e cidadã.

1.2 CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR

No contexto brasileiro, a evasão escolar no ensino médio se manifesta de formas variadas e tem sido o principal desafio para que o país consiga universalizar o acesso à educação básica. Acerca disso, com bases em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a evasão escolar continua afetando grande número de jovens que estão na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Por esse motivo, a presente pesquisa optou por focar nas causas da evasão escolar no ensino médio. Logo de início, podemos enfatizar a questão do currículo escolar, o qual, pode-se dizer, que é um dos principais responsáveis pelas demais causas do abandono escolar dos estudantes no ensino médio.

Atualmente, está em vigência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definida pelo Ministério da Educação e homologada no ano de 2018. Ela tem como objetivo ser dinâmica e adaptável à realidade. É um documento de caráter normativo, o qual define o conjunto de aprendizagens a todos os estudantes, tanto de escolas públicas ou privadas. Embora seja elaborado pelo Ministério da Educação, está

previsto que Estados e Municípios elaborem o seu próprio referencial curricular respeitando características regionais. A fim de se compreender um pouco mais o propósito da BNCC.

Em função dos elementos destacados, pode-se dizer que, ainda assim, nas escolas públicas brasileiras, os currículos funcionam de forma estática e não condizem com a realidade dos alunos. Sabemos que, na escola pública, majoritariamente os estudantes são de famílias de baixa renda, vivem em zonas rurais ou em bairros periféricos e são negros (dependendo da região do país, essa característica pode variar). Desse modo, a escola e o poder público agem de forma negligente, pois adota preponderantemente metodologias que deslegitimam a cultura dos alunos e se baseiam de forma fora da realidade socioeconômicas dessas famílias.

Essa situação econômica é outro fator importante, que tem grande contribuição no abandono escolar. Muitos alunos, em turno oposto à escola, se esbarram na realidade de ter que trabalhar para ajudar os pais nas despesas de casa. Por vezes, muitos são até proibidos por seus pais de conciliar o trabalho com estudos para poder se dedicar apenas ao trabalho para conseguir ter a renda mensal de casa um pouco melhor. Existem casos também que para ter uma autonomia financeira, muitos estudantes optam por trabalhar sem ao menos ter concluído o ensino médio, assim como há diversos casos de o adolescente não conseguir conciliar trabalho e estudo e se ver obrigado a priorizar o serviço.

De acordo com Almeida e Oliveira (2019), é possível identificar que a evasão escolar envolve causas de cunho sociocultural, representadas pela violência, discriminação, gravidez na adolescência, entre outros; de ordem econômica, como pobreza e trabalho infantil; questões político-financeiras, que envolvem a oferta da educação em diferentes locais e contextos, infraestrutura e aporte financeiro para manutenção e ampliação de vagas nas escolas; por fim, ainda existem fatores educacionais, que abarcam questões como a contextualização e organização dos conteúdos de acordo com a realidade dos alunos, as condições de trabalho e capacitação dos profissionais da educação.

Toda causa tende a trazer depois grandes consequências. Desse modo, a crueldade que existe na educação brasileira oferece prejuízos enormes aos jovens do país, pois tanto o abandono quanto a evasão promovem ou intensificam os riscos sociais e acadêmicos que estes indivíduos ficam sujeitos ao apartar-se do conhecimento sistematizado.

1.3 CONSEQUENCIAS DA EVASÃO ESCOLAR

As consequências que a evasão escolar deixa são bastante tristes e, ao mesmo tempo, cruéis. Os estudantes que abandonam a escola passam a ter dificuldades nas suas relações pessoais e, sobretudo, dificuldade para entrar no mercado de trabalho de maneira qualificada. Esses fatores levam a ter uma baixa autoestima e à desmotivação e, por conseguinte, concretizam ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Vale ressaltar que as consequências provocadas pelo abandono escolar atingem a um grupo específico, o qual mais diretamente é afetado por toda maldade do sistema educacional brasileiro. Não coincidentemente, esses grupos normalmente são formados por estudantes negros, que vivem em zonas rurais ou em periferias e são de baixa renda. Destacamos que essa questão é central neste estudo e será mais detalhadamente debatida nos capítulos seguintes.

Segundo Almeida e Oliveira (2019), em 2012, o fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) lançou um estudo sobre “Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direitos de todas e de cada uma das crianças e dos Adolescentes”, que faz parte da Iniciativa Global Pelas crianças fora da escola. Nesse estudo, há dados que revelam que o perfil das crianças em idade escolar que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la são aquelas pertencentes aos “grupos mais vulneráveis, aqueles historicamente excluídos da sociedade brasileira: as populações negra e indígena, as pessoas com deficiência, as que vivem nas zonas rurais e as famílias com baixa renda. Este documento ainda indica os gargalos que o contexto brasileiro apresenta para o acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019, p.12960-12961).

Além disso, os estudantes que abandonam a escola, automaticamente, passam a ser excluídos do mercado de trabalho, não conseguindo um emprego a partir do qual tenham uma boa remuneração e possam viver a partir de princípios como equidade social. E, por consequência, começa o início do efeito sanfona que vai passando de pais para filhos e assim por diante. Acerca desse efeito, Rodrigues (2014) estabelece a seguinte reflexão:

Acreditando, inicialmente, que a instituição familiar e escolar contribui para reprodução social do sucesso ou fracasso escolar dos indivíduos,

isso devido ao fato de disporem das condições e disposições de socialização e das condições sociais e culturais de constituição de uma autoestima, autocontrole e capacidade reflexiva dos sujeitos sociais. (RODRIGUES, 2014, p.7).

Assim sendo, fica evidente que a violação à Declaração Universal dos Direitos Humanos tende a ser acompanhada de efeitos nada satisfatórios, pois, ao violar o que se tem previsto em leis, os frutos a serem colhidos são a exclusão ao acesso à educação que, por consequência, gera a exclusão por melhores oportunidades de emprego e por uma vida com qualidade.

Como exemplo, pode-se citar a violação do Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, ao afirmar que “todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego”, sinaliza que se a pessoa não tem acesso à educação, que possui como um dos objetivos a preparação para o mundo do trabalho, logo também não terá condições de igualdade a um emprego.” (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019, p.12964).

1.4 EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL

Com a intenção de constatar se as causas e as consequências da evasão escolar, apontadas por pesquisadores de educação, permanecem válidas no atual contexto do Brasil, adotou-se uma escolha metodológica de pesquisar em sites de notícias reportagens acerca do tema. Assim sendo, a partir de uma pesquisa realizada na internet nos anos de 2019 e de 2020, a partir da expressão-chave “evasão escolar”, temos a intenção de se estabelecer um horizonte vigente acerca da evasão escolar no país.

De acordo com a agência IBGE, fica nítido que a evasão escolar, a partir da década de 90, passou a se concentrar no ensino médio e, por consequência, também se manifestar no ensino superior. A fim de se constatar essa afirmação, segue mais trecho da reportagem em discussão: “Segundo a analista do IBGE, depois da universalização do ensino fundamental na década de 90, os problemas de desempenho e desigualdade educacional por renda e cor ou raça estão no ensino médio e superior.” (IBGE, 2019, s/p).

A agência IBGE ainda destaca o número de jovens de 15 a 17 anos que deveria estar cursando o ensino médio na idade apropriada e que se encontra fora da escola ou se encontra atrasado em relação à série que deveria estar cursando. Com essa intenção, a agência faz uma comparação entre a população que vive na pobreza com a que detém um poder aquisitivo maior.

Assim sendo, é possível afirmar que o problema da evasão escolar no ensino médio do Brasil encontra suas causas em todo o processo histórico que acometeu a sociedade brasileira. Medidas podem ser implantadas no ensino médio, como por exemplo a adaptação do currículo baseado na realidade do aluno, pois, embora haja a existência de leis que permitam a adaptação do currículo, contribuindo assim para diminuir o número de alunos que abandonam a escola. (SILVA, et al. 2018)

CAPÍTULO 2

2.1 AGRAVAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR PELA COVID-19 E O OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA EVASÃO ESCOLAR

Sabe-se que a evasão escolar na sociedade brasileira é fruto de um processo histórico que perpetua desigualdades sociais. Entretanto, com o advento da pandemia de Covid-19, essa situação se agravou ainda mais. Dessa forma, é possível afirmar que a pandemia acirrou a desigualdade social que se encontra no Brasil, de modo que a classe trabalhadora foi o principal alvo a sofrer com as consequências trazidas pela crise sanitária da Covid-19 (PEREIRA, et al. 2020).

Dessa forma, é importante deixar claro que essa pandemia é provocada por uma doença infecciosa que ameaça simultaneamente a maior parte dos países do mundo. Esse surto que acomete o mundo, entre os anos de 2020-2021, causado por um vírus chamado de coronavírus, levou os países a adotarem medidas restritivas, como distanciamento, isolamento e uso de máscara. Assim, a ciência tem mostrado resultados sobre o fato de que, para se conter o vírus, são necessárias medidas individuais de higienização; coletivas quanto ao distanciamento social; e governamentais como a vacinação (PEREIRA, et al. 2020).

Assim sendo, em meio a “tempestade” causada pela pandemia, há pessoas que afirmam que “todos se encontram no mesmo barco”. Entretanto, a realidade tem

mostrado que diferentes estratos da população se encontram em “barcos diferentes”, pois as desigualdades sociais tiveram um crescimento expressivo, o que agravou a diferença entre a classe privilegiada e a classe trabalhadora, em diferentes setores da vida em sociedade.

Logo, não se pode afirmar que a pandemia é democrática, pois atinge as pessoas de forma diferente. Assim, pobres e ricos, pessoas pretas e brancas, pessoas de áreas rurais e urbanas, populações indígenas, quilombolas entre outros, sentem os impactos da pandemia de formas diferentes. Essa constatação pode ser verificada por meio da imagem abaixo, produzida com dados do Novo Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CAGED – ligado ao Ministério da Economia), que registra as mortes como causa de desligamento de empregos por atividade profissional entre 2020 e 2021. Esse agravamento dos processos de desigualdade particularmente atingiu a educação.

De acordo com Adelman et al, 2017, são incontáveis a influência da pandemia no absentismo escolar, mas que alguns podem ser pontuados como principais como: Desigualdade de acesso à tecnologia (internet e computador; tablet; smartphone) em tempos de ensino remoto; períodos muitos longos longe da escola: ocasiona ruptura de vínculos entre professores e alunos; iniciativas de ensino remoto nem sempre eficazes; falta de acesso ao lazer e à merenda; aumento da violência doméstica e pífio gerenciamento do MEC (Ministério da Educação) na crise educacional.

Por sua vez, em matéria publicada em 17 de março de 2020, no Guia do estudante, intitulada Coronavírus no Brasil: como a pandemia prejudica a educação, o professor e especialista em Gestão Pública Renato Casagrande aborda algumas questões que, devido à pandemia, se agravaram.

Com a suspensão das aulas, muito se fala do uso das tecnologias para ensino e aprendizagem como uma forma de reparação dos danos aos alunos. Aulas a distância e plataformas digitais são mais palpáveis quando se trata de ensino superior, já que muitas faculdades já usam diferentes mídias. “Na educação básica, o problema é um pouco maior, porque as escolas não estão preparadas e rapidamente devem encontrar uma forma de introduzir e se adaptar às novas tecnologias. Mas não é impossível” (GUIA DO ESTUDANTE, 2020).

Ademais, no que se refere à educação infantil e ao ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, adicionalmente, existe a dificuldade de as crianças estudarem sozinhas em suas casas. Desse modo, segundo Renato Casagrande, nessa faixa etária, as

crianças especialmente precisam de acompanhamento e tutoria, contudo, no ensino remoto que conhecemos isso não é possível.

Nesse sentido, o professor ainda aborda uma questão muito relevante que é a desigualdade tecnológica no ensino, onde majoritariamente a população pobre do Brasil sentiu o impacto da falta de ferramentas digitais e acesso à internet.

E assim, muitos estudantes tiveram que procurar alguma forma de adquirir uma renda para contribuir com as despesas de casa e, devido a esses fatores, muitos abandonaram a escola. Associado à crise econômica, os estudantes também enfrentam a falta de acesso à tecnologia para acompanhar as aulas, sendo esse um dos mais agravantes fatores que contribuem para o aumento da evasão escolar.

Acerca da dificuldade com o acompanhamento de aulas remotas pelos estudantes da Rede Pública de Ensino, a Revista Exame, publicada em 21 de agosto de 2021, intitulada 8,7 milhões de alunos não tiveram acesso a aulas remotas na pandemia, faz uma importante denúncia, baseada em dados da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19) mensal, que foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em meio a pandemia, que forçou o fechamento de escolas e universidades para conter a disseminação do novo coronavírus, 8,7 milhões de crianças, adolescentes e jovens do País não tiveram qualquer acesso a atividades de ensino remoto em julho. Apenas sete em cada dez estudantes tiveram alguma aula a distância. A oferta de classes não presenciais, para evitar o atraso no calendário e déficit de aprendizagem, tem sido um desafio para uma parcela significativa das redes públicas. Especialistas também têm apontado alto risco de evasão escolar nos próximos meses.

Além disso, a matéria da Revista Exame ainda destaca: Cerca de 45,3 milhões de pessoas de 6 a 29 anos frequentavam escola ou universidade no mês de julho, o equivalente a 58,7% da população nessa faixa etária. Entre os que estudavam, 72% tiveram atividades remotas, o equivalente a 32,6 milhões, enquanto 19,1% não tiveram e uma fatia de 8,9% não teve por estar de férias. 16

Faz-se oportuno ainda mencionar a região em que reside esses estudantes em função de sua dificuldade de acesso a aulas remotas, segundo a Revista Exame: O resultado, porém, é marcado por desigualdades regionais. Na Região Norte, 40% das crianças do ensino fundamental e quase metade dos alunos do ensino médio ficaram sem atividades durante julho, embora não estivessem de férias. Por outro lado, no

Sul, 91,7% das crianças do fundamental e quase 90% das do ensino médio tiveram acesso a atividades educacionais remotamente no mês.

Ainda nesse contexto, foi destacado na matéria que estados e municípios reclamam que não têm experiência para organizar classes remotas e do pouco apoio por parte do governo federal, muito embora o Ministério da Educação entenda que governadores e prefeitos tenham autonomia para fazer suas políticas. Entretanto, essas lideranças estaduais e municipais têm alegado a enorme dificuldade em se implementar políticas emergenciais para a educação sem o apoio do governo federal.

Nesse contexto, as consequências financeiras futuras da pandemia ao país é outro fator preocupante, na medida que bilhões de reais serão perdidos devido à evasão escolar. Assim sendo, é notório que a evasão escolar além de prejudicar os alunos – que deixam a escolar por motivos financeiros e não tem como conciliar os estudos, perpetuando um ciclo de desigualdades sociais –, representa um grande prejuízo também para o desenvolvimento social e econômico ao país, na medida em que o Brasil perde quatro vezes mais se o aluno não concluir a educação básica do que se o aluno chegar a finalizar.

Além disso, o informativo ainda destaca, em relação à falta de acesso à internet e a ferramentas digitais, que nas regiões norte e nordeste, esses números ainda são maiores e onde se concentra um alto número de alunos que abandonam a escola: “Novamente, as disparidades regionais se destacam, já que nas regiões Norte e Nordeste as proporções são superiores a 80%. No ensino básico público, a proporção de estudantes sem acesso a um computador com internet é de 73%” (VENTURINI et al., 2020, p.10).

RESULTADOS

Após leituras exaustivas dos artigos selecionados, foram encontradas três possibilidades de análise, por meio disso é possível elencar os pontos mais relevantes de modo que exponha as características principais que tem como resultado esclarecer fatores que favorecem a o aumento da evasão escolar face a pandemia de COVID-19.

Os índices de evasão escolar antes do período pandêmico já se mostravam preocupantes, visto que fatores como condições socioeconômicas baixas favorecem a não adesão da rotina escolar pelo aluno dessa classe, pois, apesar de haver o ensino público ofertado gratuitamente pelo Governo ainda há a necessidade de financiamento de materiais bem como de transporte dos alunos pela família.

Segundo SOUZA (2019), o nível de formação educacional dos pais ou responsáveis apresenta influência direta sobre as frequências dos alunos as escolas, bem como, de acordo com o entendimento da família sobre a importância da educação para o indivíduo ele poderá trilhar os caminhos da formação básica sem prejuízos e quanto mais baixo o nível de educação dos responsáveis mais dificuldades o aluno terá para concluir sua formação sem precisar dividir o tempo entre estudos e trabalho.

Com o advento da pandemia de COVID-19 áreas sofreram com a falta ou diminuição políticas públicas voltadas para a educação, desse modo o ensino sofreu influência negativa, desde o fechamento das escolas até a tentativa de adaptação do sistema público educacional brasileiro, visto que foi adotado o sistema remoto de ensino, porém, as escolas não apresentavam suporte tecnológico para a implantação dessa modalidade de ensino, os educadores não receberam os aparatos tecnológicos para desenvolvimento das atividades bem como treinamentos adequados para tal ação e ainda os alunos não portavam aparelhos eletrônicos para acompanhamento das ações educativas e também a falta de acesso a rede de internet de qualidade.

Evidencia-se, portanto que a pandemia de COVID-19 prejudicou as atividades educativas no país, aumentando o absenteísmo escolar, a qualidade no ensino bem como o retorno delas as agendas pedagógicas pois a taxa de desenvolvimento econômico diminuiu bem como as milhares de vítimas da doença que desestruturaram famílias que eram base para o desenvolvimento escolar que foram extintas pela perda de um responsável econômico dentro do grupo familiar, prejudicando a rotina educativa dos discentes durante e após pandemia.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, podemos entender o grau de influência que a pandemia de covid-19 trouxe ao se observar as taxas de evasão escolar durante ela, vale ressaltar que os impactos gerados pela pandemia têm maior incidência na economia o que converge com dados científicos sendo possível classificar o nível socioeconômico como um dos principais pontos de interferência nos dados de absenteísmo escolar no Brasil.

As evidências destes estudos indicam ainda que a o nível econômico tem efeito neste movimento quando é analisado o acesso a meios digitais para que os alunos pudessem ter um objeto de estudos e ainda o acesso a rede de internet adequada para participar das atividades escolares remotas, maneira que o sistema de educação mundial encontrou de permanecer com o ensino visando menores prejuízos, porém não abrangeu todos os alunos.

Diante das análises é possível observar a importância da promoção de estratégias educativas eficazes no processo educacional, as quais garantam maior acessibilidade a educação de qualidade, baseada na busca pela diminuição dos índices de absenteísmo escolar. Assim, a situação atual sugere que ainda existe um grande potencial para melhorar, bem como a necessidade de novas pesquisas nesta área. Este artigo visa contribuir para o processo de inclusão dos alunos buscando esclarecer as causas deste empeco para que haja produção de conhecimento por meio de pesquisa científica que induza a reorganização e manobras educacionais locais que visem a melhora desse cenário educacional.

2. REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O. M. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.14, n. 40, p. 35-50, jan.-abr. 2009.

AQUINO, J. G. (org.). Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e metodológicas. São Paulo: Summus, 2005.

BARBOSA C. L. Educação física escolar: da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 2007.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2010 10.5216/rpp.v13i2.7559 de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 1, n.1, p. 73-81, 2002.

BIDUTTE, L. C. Motivação nas aulas de educação física em uma escola particular. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 5, n. 2, dez. 2001.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996. Brasília: Diário Oficial, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Brasília, 2000. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Programa Bolsa Família. Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2022. Disponível em < http://www.mp.pa.gov.br/caoinfancia/docs/legislacao_federal_10219.pdf Acesso em: 20 jul.2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. PROJOVEM. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Lei nº 11. 129, de 30 de junho de 2005 e Lei n. 11.692 de 10 de junho de 2008. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm>. Acesso em: 25 de jul. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David e SCHLIEMANN, Analúcia. Na vida dez, na escola zero. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTRO, Paula de Almeida. Controlar para quê? Uma análise etnográfica do

controle na interação entre professor e aluno na sala de aula. [Dissertação de mestrado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CASTRO, Luciana Paula Vieira de MALACARNE, Vilmar , CONCEITUANDO A EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL Disponível em <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/4799>.

D'AMBROSIO, U. A era da consciência. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2004.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 61-80, jan.-mar. 2004. Os conteúdos da educação física na escola. In: DARIDO, S.

C.; RANGEL, I. C. A. (org.). Educação física na escola: implicações para prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 64-79.

DEBORTOLI, J. A.; LINHARES, M. A.; VAGO, T. M. Infância e conhecimento escolar: princípios para a construção de uma Educação Física “para” e “com” as crianças. Pensar a Prática, Goiânia, n. 5, p. 92-105, jul.-jun. 2004.

FERNANDES, R., MENEZES-FILHO, N. A. A evolução da desigualdade de rendimentos no Brasil metropolitano entre 1983 e 1987. Estudos Econômicos, v. 30, p. 549-569, 2000.

FERNANDES, R., NARITA, R. Instrução superior e mercado de trabalho. Economia Aplicada, v. 5, n. 1, 2001.

FREITAG, B. Escola, Estado e sociedade. 4. ed. São Paulo: Moraes, 2003.

GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GENTILE, Paola. Crescem as matrículas, mas a evasão preocupa. Rev. Nova Escola, ano 20, edição n. 184, p. 50-57, nov./dez. 2005.

GENTILI Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In.: GENTILI Pablo (org.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. CNTE: Brasília, 1996. p. 09-49.

GOMES, Cândido Alberto. A educação e o trabalho: entre a lei e a realidade. In: SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de e SILVA, Eurides Brito da (orgs.). Educação: uma visão crítica. 1. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989. p. 103-131.

MILLEN NETO, A. R.; DA CRUZ, R. P.; SALGADO, S. da S.; CHRISPINO, R. F.; SOARES, A. J. G. EVASÃO ESCOLAR E O DESINTERESSE DOS ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 2, 2010. DOI: 10.5216/rpp.v13i2.7559. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/7559>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. DE L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação Por Escrito*, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Censo da Educação Básica, 1997. Disponível em < <http://www.inep.gov.br/censosuperior> em 21/07/2006 > Acesso em: 21 jul. 2009.

KRAWCZYK Nora. O ensino Médio no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2009.